



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001900-92.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SET/COSEG

ASSUNTO: Prorrogação e reajuste – Contrato nº 22/2019 – Contratada:
SEGUROS SURA S.A. – Serviços de seguro total para frota de veículos –
Minuta de Termo Aditivo - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 311 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de solicitação de prorrogação e reajuste de preços, cujo objeto refere-se à contratação do serviço de seguro para os veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, em plena vigência até o dia 06 de janeiro de 2024 ([0963909](#)).

02. Na informação nº 154/2023 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SET ([1098229](#)), a Seção de Transportes (SET) informa ao titular da SAOFC a necessidade prorrogação contratual e o preenchimento dos requisitos processuais necessários. Prossegue ainda, em sua solicitação, informando que a contratada prestou seus serviços regularmente e que não houve qualquer punição de natureza pecuniária.

03. Por meio do Despacho 3088/23 ([1098285](#)), o Secretário da SAOFC determinou o envio do processo à COFC para prestar informações acerca da previsão de execução da presente despesa no exercício financeiro de 2024, à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual, com posterior análise pela AJSAOFC.

04. Por sua vez, a COFC informou que **não se faz possível a programação e a consequente reserva orçamentária** neste exercício financeiro, pois ainda não há **aprovação da Lei de Orçamento Anual de 2024** e da abertura do exercício 2024 com a consequente disponibilização dos créditos aprovados na LOA 2024, no SIAFI, pela Secretaria de Orçamento de Federal - SOF/ME, contudo, registrou que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo nº [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante supra identificado, destinado a despesas com o objeto desta contratação ([1098697](#)).

05. Assim, juntou-se ao processo a minuta de termo aditivo nº 04/2023 ao Contrato originário para o registro do reajuste e da prorrogação pretendidos ([1100217](#)). Dessa forma instruídos, aportaram os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

autos nesta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer ([1100218](#)). É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

06. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI nº 0001900-92.2019.6.22.8000) até a presente data, além dos outros dados, elementos e informações nele reproduzidas.

07. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pela Resolução TRE-RO nº 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

08. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

09. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Da Possibilidade Jurídica da Prorrogação Contratual:

10. Preliminarmente, cumpre observar que a prorrogação em análise encontra previsão expressa no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e no Contrato nº 22/2019 ([0479045](#)), *in verbis*:

Lei nº 8.666/1993:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato nº 022/2019:

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar de 07/01/2020, podendo ser prorrogada por iguais ou sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses por se tratar de serviços contínuos, conforme definido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 600/2015 - TCU – Plenário, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) não aplicação de punições de natureza pecuniária por três vezes ou mais;
- c) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- d) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- e) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

Subcláusula Primeira – O prazo de execução desta Carta-Contrato será equivalente ao prazo de vigência da apólice de seguro, ou seja, de 12 (doze) meses a partir das 24:00hs do dia 07/01/2020 até as 24:00hs do dia 06/01/2021- conforme **item 2.2 do anexo I deste instrumento** (Especificações Técnicas).

11. Como visto, o **primeiro requisito** permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados têm natureza contínua, já que não poderão sofrer interrupção sem prejuízo à atividade dos serviços de em prejuízo à atividade de transportes da Justiça Eleitoral. Veja-se a classificação conferida pela Corte de Contas Nacional:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (Manual de Licitações e Contratos 2010, pág. 772).

12. O **segundo requisito legal** vem consubstanciado na assertiva: “**iguais e sucessivos períodos**”. Conforme se verifica pelo pedido do gestor ([1098229](#)) pretende-se a prorrogação da avença por mais 12 meses - ou seja, período idêntico ao inicialmente estabelecido - para a qual há expressa concordância da contratada ([1098203](#)).

13. Nesses termos, tem-se que o contrato **poderá ser prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 08/01/2024 a 07/01/2025**, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação. Registra-se, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não será ultrapassado com o deferimento desta prorrogação do contrato ora em análise.

14. O terceiro e último requisito reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

15. Conforme registrado na Informação nº 154/2023 ([1098229](#)), a unidade gestora da contratação demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida juntando proposta da empresa MAPFRE SEGUROS no valor de R\$ 137.920,00 (cento e trinta e sete mil novecentos e vinte reais) ([1098198](#)), valor consideravelmente superior ao apresentado já com o percentual de reajuste pela atual contratada SEGUROS SURA S/A, no valor de R\$ 47.525,79 (quarenta e sete mil quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos) ([1098200](#)), demonstrando, portanto, efetiva vantajosidade do preço na prorrogação do atual contrato.

16. Informa ainda a unidade gestora que a contratada comprovou a regularidade fiscal e também junto à SUSEP, conforme eventos ([1098210](#)), ([1098206](#)) ([1098208](#)), bem como a do representante legal da empresa ([1098212](#) e [1098215](#)). Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato, com fundamento no art. 57, II, da L. 8.666/93 e na Cláusula Segunda do Contrato nº 22/2019.

3.2 Do reajustamento de preços:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. A pretensão de reajuste da contratada tem amparo no **art. 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, previsto expressamente no Termo de Referência da contratação que, por sua vez, integra, para todos os fins de direito as regras disciplinadas pela Carta-Contrato Administrativo nº 22/202. Veja-se:

Carta-Contrato n. 22/2019

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto da presente Carta-Contrato é a contratação de serviço de SEGURO para os veículos da frota oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, para-brisas, retrovisores, faróis, lanternas e assistência 24 horas.

(...)

Subcláusula Quarta - Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo e seus anexos, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

Termo de Referência n. 97 - Anexo V do Edital de Pregão eletrônico n. 27/2019 (0464982):

8.0. DO CONTRATO

(...)

8.10 Do prazo da vigência e execução do seguro, do reajuste, do eventual reequilíbrio econômico financeiro e das alterações do contrato:

(...)

V – Ausência autorização legal, não haverá reajuste de preços pela prestação de serviços por período inferior a 12 (doze) meses. **Na hipótese de prorrogação, serão observados os preços praticados à época e a manutenção da vantajosidade para a Administração.**

18. Segundo **Marçal Justen Filho**, o “*Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados*”. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

19. Sobre o tema, o Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704 e 719, assim orienta:

Faça constar nos editais e nos respectivos contratos, ainda quando o prazo de duração do ajuste for inferior a 12 (doze) meses, cláusula que estabeleça o critério de reajustamento dos preços, indicando expressamente no referido instrumento o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*índice de reajuste contratual a ser adotado, nos termos do disposto nos arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei nº 8.666/1993. **Acórdão 73/2010 Plenário***

*E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela. O que se afirma é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)*

20. Contudo, para a lei e o TCU, importa mais o estabelecimento do **critério de reajuste**, uma vez que o índice deve retratar a variação efetiva do custo de produção e menos a adoção de um índice geral, que nem sempre reflete tal oscilação. A margem de discricionariedade na escolha do índice de reajuste de um contrato administrativo somente existe na medida em que o índice escolhido seja o mais capaz de refletir a efetiva variação dos custos dos insumos relacionados ao objeto contratual. Havendo índice setorial ou específico, ele deve ser aplicado para que o contrato seja atualizado corretamente (Acórdãos TCU 2474/2012-Plenário e 36/2008-Plenário). **No caso em análise não há um índice específico.** Por tal motivo, optou-se pela observância dos preços praticados à época da renovação e pela verificação da manutenção da vantajosidade para a Administração. Em casos como tais, exige o TCU a demonstração da variação de preços. Veja-se:

9.2.2.4. avalie a realização do reajuste anual do contrato levando em conta a possibilidade de, **para os itens em que não houver variação de preços expressa em índices setoriais conhecidos**, utilizar **documentos apresentados pelas empresas** os quais comprovem, como coloca o princípio da legalidade, inscrito no caput do art. 37 da Constituição Federal, a **efetiva variação de custos de produção** de cada um dos itens que compõem os contratos, consoante determinado pelo art. 40, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, devendo, para isso, estabelecer que os preços orçados tenham abertos os itens de suas composições (...) - Acórdão 1529/2006 - Plenário.

21. Assim, verifica-se que esses requisitos - que na verdade podem ser aglutinados apenas na manutenção da vantajosidade dos preços contratados - ficaram demonstrados pelos documentos trazidos ao processo, vez que mesmo após aplicado o percentual de reajuste de 4,81% (quatro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inteiros e oitenta e um centésimos por cento), restou demonstrada a vantagem na prorrogação da avença. Desta forma, subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido:

DECISÃO TCU N. 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93;

22. No caso em estudo, a unidade gestora manifestou-se pela aplicação do reajuste de preços no **percentual de 4,81%** (quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento), dada a aplicação do reajuste ora calculado pela aplicação da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Dessa forma, com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93** e na Subcláusula quarta da CLÁUSULA PRIMEIRA da carta-contrato originária, complementada pelo item 8.10, V do Termo de Referência n. 97/2019, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no percentual informado.

3.3 Da análise da minuta do termo aditivo:

23. A análise da minuta do Termo Aditivo nº 4 ao Contrato nº 22/2019 juntada aos autos no evento ([1100217](#)), revela que o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumento, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, destaca-se:

I - a prorrogação por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato, contados a partir das **00h:00** do dia 07/01/2024 até as **24h:00** do dia 06/01/2025;

II - o registro do reajuste no percentual de 4,81% (quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento) no valor total de R\$ 2.181,08 (dois mil cento e oitenta e um reais e oito centavos), com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com efeitos sobre o contrato a partir de 08/01/2024;

III - o registro do valor total atualizado do contrato para eventual cômputo de acréscimos e supressões do art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/1993, que passará a ser de **R\$ 67.525,79** (sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos), correspondente ao novo valor do Seguro já reajustado (**R\$ 47.525,79**) e do valor reservado para o pagamento de franquia por eventual por ocorrência de sinistro (**R\$ 20.000,00**);

IV - a obrigação de a Contratada apresentar **fatura complementar separadamente**, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação aos objetos constantes neste instrumento.

24. Verifica-se que referida minuta do Termo Aditivo nº 04 juntada ao processo ([1100217](#)) encontra-se, sob o aspecto formal, em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não necessitando de reparo em sua fundamentação. Assim, está apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

25. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da unidade gestora ([1098229](#)), esta assessoria jurídica, opina:

I - Não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do ajuste por mais 12 (doze) meses, com fundamento no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c Cláusula Segunda da Carta-contrato nº 22/2019;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Pela possibilidade jurídica de reajustar os preços atualmente contratados no percentual de 4,81% (quatro inteiros e oitenta e um centésimos por cento), dada a variação de preços mostrada pela contratada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, com fundamento no **art. 55, III, da Lei n. 8.666/93** e na Subcláusula Quarta da CLÁUSULA PRIMEIRA da carta-contrato originária, complementada pelo item 8.10, V do Termo de Referência nº 97/2019;

26. Ressalta-se a necessidade de manutenção das condições de habilitação pelo contratado, devendo estas serem trazidas ao processo pelo gestor do contrato previamente à celebração do termo aditivo.

27. Para cumprimento do disposto no Parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os termos da minuta carreada ao processo ([1100217](#)).

28. Registra-se, por oportuno, que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da **Lei nº 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei nº 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a **Portaria SEGES/MGI nº 1.769, de 25 de Abril de 2023**, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais, veja-se:

(..)

Art. 2º Os processos licitatórios e contratações autuados e instruídos com a opção expressa de ter como fundamento a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, além do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2023, serão por eles regidos, desde que:

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023, conforme cronograma constante do Anexo, e

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou do ato autorizativo da contratação direta.

Parágrafo único. Os contratos ou instrumentos equivalentes e as atas de registro de preços firmados em decorrência da aplicação do disposto no caput serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

À consideração da autoridade superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 19/12/2023, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 19/12/2023, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1100512** e o código CRC **6CE77A0D**.

0001900-92.2019.6.22.8000